

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.259.809 - SP  
(2018/0052993-8)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

**AGRAVANTE : UNIAO COMERCIALIZADORA DE ENERGIA  
ELETRICA SA**

**ADVOGADOS : FERNANDO PEDROSO BARROS - SP154719  
NEWTON CARLOS CALABREZ DE FREITAS -  
SP169292**

**TELMILA DO CARMO MOURA - SP222079**

**AGRAVADO : COMPANHIA PAULISTA DE ENERGIA S/A**

**ADVOGADOS : ROBERTO CORRÊA DE MELLO - SP050679  
MARIANA RODRIGUES DE CARVALHO MELLO -  
SP229571  
DOUGLAS SANTANA LOPES - SP336640**

## **DECISÃO**

### **Vistos.**

Fls. 778/793 - Trata-se de Agravo Interno interposto contra decisão monocrática mediante a qual não conheci nos termos do disposto nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 253, I, do RISTJ, em razão da ausência de impugnação específica de um dos fundamentos da decisão que inadmitiu, na origem, o recurso especial (fls. 714/720e).

A mencionada decisão foi integrada por aquela mediante a qual os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 771/775e).

### **Feito breve relato, decido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Em juízo de retratação, consoante o disposto no § 2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil de 2015, verifica-se o desacerto da mencionada decisão, razão pela qual de rigor sua reconsideração, restando, por conseguinte, prejudicado o Agravo Interno.

Ademais, verifico a presença dos pressupostos de admissibilidade do Agravo e, face às circunstâncias que envolvem a lide, a necessidade de melhor exame do

objeto do Recurso Especial, razão pela qual de rigor a reautuação.

Isto posto, nos termos do art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, **RECONSIDERO** a decisão de fls. 714/720e (integrada pela decisão de fls. 771/775e), restando, por conseguinte, **PREJUDICADO** o agravo interno de fls. 778/793e, **CONHEÇO** do Agravo e determino sua **CONVERSÃO** em Recurso Especial, sem prejuízo da aferição dos requisitos de admissibilidade, a ser realizada no momento processual oportuno.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

